

BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	791800-BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO/RJ	HUDSON SAMPAIO DA SILVA RIBEIRO	03/02/2026 02:18 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63105.000036/2026-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63105.000036/2026-82)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de aparelhos móveis em regime de comodato, vinculados à prestação do Serviço de Telefonia Móvel Corporativa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	QTDE TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Serviço de telefonia móvel corporativa, com fornecimento de pacote de serviços SMP (Serviço Móvel Pessoal), abrangendo voz, dados móveis, envio de SMS, roaming nacional e fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, devidamente homologados pela Anatel, com suporte técnico, manutenção corretiva e substituição periódica dos dispositivos.	26387	UN	12	R\$ 509,3118	R\$ 6.111,7416

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem especificações usuais no mercado, amplamente conhecidas e padronizadas, permitindo a definição objetiva do objeto e a comparação entre propostas, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a prestação do Serviço de Telefonia Móvel Corporativa, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, é essencial à manutenção das atividades administrativas, operacionais e logísticas da Base Naval do Rio de Janeiro, devendo ocorrer de forma ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que mantida a vantajosidade e o interesse público.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Nos termos do art. 12, § 7º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, a presente contratação não está sujeita ao Plano de Contratações Anual, por se tratar de contratação realizada por Organização Militar integrante do Ministério da Defesa, relacionada à infraestrutura de telecomunicações necessária às atividades finalísticas da Base Naval do Rio de Janeiro.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares que instruem o presente processo e integram este Termo de Referência como anexo, contemplando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos aparelhos substituídos ou inservíveis, por meio de reutilização, reciclagem ou descarte por empresas licenciadas;

4.1.2. A Contratada deverá adotar medidas para a redução do uso de embalagens não recicláveis no fornecimento e na substituição dos aparelhos;

4.1.3. Os aparelhos fornecidos deverão observar critérios de eficiência energética e maior vida útil, de forma a reduzir impactos ambientais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, sendo permitida apenas a definição de características técnicas, desempenho e categoria (premium), conforme justificativas constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo que instrui a presente contratação, não haverá vedação prévia de marcas ou modelos, desde que os aparelhos fornecidos atendam às especificações técnicas, requisitos de desempenho e homologação pela ANATEL definidos neste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade, tendo em vista que a contratação será realizada diretamente com empresa responsável pelo fornecimento dos aparelhos em regime de comodato e pela prestação do serviço de telefonia móvel corporativa, que responderá integralmente pela execução contratual.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a prestação integrada do Serviço de Telefonia Móvel Corporativa e o fornecimento dos aparelhos em comodato constituem a parcela principal da obrigação.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de serviço contínuo, padronizado, com pagamento mensal condicionado à efetiva prestação, e de baixo risco de inadimplemento, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços, uma vez que o objeto da contratação envolve serviço de telecomunicações e fornecimento de aparelhos móveis, não demandando instalações físicas ou intervenções no ambiente da Administração.

Instalação de escritório

4.8. Não se considera imprescindível a instalação de escritório local, tendo em vista que a execução do contrato se dará por meio da rede da operadora e dos canais de atendimento e suporte técnico, sendo suficiente a prestação remota.

Margem de preferência

4.9. O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência prevista em atos normativos vigentes, por se tratar de serviço de telecomunicações com fornecimento de aparelhos em comodato, sem previsão específica de incentivo aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato.

5.1.2. A execução compreenderá o fornecimento, ativação e gestão de linhas móveis corporativas, bem como o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, incluindo a configuração inicial dos dispositivos, a portabilidade ou ativação de linhas, o suporte técnico, a manutenção, o bloqueio, rastreamento e substituição dos aparelhos, e a renovação tecnológica periódica, conforme previsto neste Termo de Referência.

5.1.3. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, com faturamento e controle em base mensal.

5.1.4. A disponibilização dos aparelhos e das linhas deverá ocorrer de forma integral no início da execução, mantendo-se a prestação do serviço enquanto durar o contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), bem como em quaisquer localidades onde os usuários realizem atividades institucionais, em todo o território nacional.

5.3. Os serviços deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme padrão dos serviços de telefonia móvel corporativa.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

5.4.1. Ativação, bloqueio, suspensão e reativação de linhas sob solicitação da Administração;

5.4.2. Atendimento e solução de chamados técnicos;

5.4.3. Substituição de aparelhos defeituosos, perdidos ou danificados;

5.4.4. Controle de consumo e gestão das linhas.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, no mínimo:

- 5.5.1. 12 (doze) aparelhos móveis em regime de comodato, correspondentes às linhas contratadas;
- 5.5.2. 2 (dois) aparelhos sobressalentes para reposição imediata;
- 5.5.3. Cartões SIM, acessórios e demais itens necessários à operação dos dispositivos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda da Administração possui as seguintes características:

- 5.6.1. Utilização contínua e corporativa das linhas;
- 5.6.2. Necessidade de mobilidade nacional e roaming;
- 5.6.3. Uso intensivo de dados móveis (mínimo de 20 GB por linha).

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das demais obrigações contratuais de qualidade, continuidade e suporte.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos específicos de transição e finalização do contrato, tendo em vista que se trata de serviço contínuo, cujos efeitos cessam automaticamente com o término da vigência contratual, assegurada a devolução dos aparelhos em comodato e o encerramento das linhas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica institucional.

6.4. O Contratante poderá convocar o representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, com apresentação do plano de fiscalização, mecanismos de controle, fluxos de atendimento, canais de suporte e métricas de desempenho.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente um preposto, antes do início da execução, com poderes para representá-lo na execução contratual.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto em tempo integral nas dependências do Contratante, sendo suficiente a disponibilidade por meios remotos e atendimento sob demanda.

6.8. O Contratante poderá, justificadamente, recusar ou solicitar a substituição do preposto.

Rotinas de fiscalização

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração.

Fiscalização técnica

6.10. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para verificar o cumprimento das especificações, níveis de serviço, disponibilidade, suporte e fornecimento dos aparelhos.

6.11. Todas as ocorrências relevantes serão registradas no histórico de gerenciamento do contrato.

6.12. Constatada irregularidade, o fiscal técnico notificará o Contratado para correção no prazo fixado.

6.13. Situações que demandem providências superiores serão comunicadas ao gestor do contrato.

6.14. Ocorrências que possam comprometer a continuidade do serviço deverão ser comunicadas imediatamente.

6.15. O fiscal técnico informará o término do contrato com antecedência para análise de prorrogação.

6.16. A fiscalização abrangerá, no mínimo:

6.16.1. disponibilidade das linhas;

6.16.2. qualidade do sinal e dos dados;

6.16.3. fornecimento, substituição e funcionamento dos aparelhos;

6.16.4. cumprimento dos prazos de suporte e reposição.

6.17. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado por falhas ou danos.

Fiscalização administrativa

6.18. O fiscal administrativo acompanhará a regularidade contratual, faturamento, glosas, pagamentos, prorrogações e manutenção das condições de habilitação.

6.19. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato.

Gestor do contrato

6.20. Compete ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar o acompanhamento da execução;

6.20.2. consolidar os registros dos fiscais;

6.20.3. verificar a manutenção das condições de habilitação;

6.20.4. avaliar o desempenho do Contratado;

6.20.5. propor sanções quando cabíveis;

6.20.6. elaborar relatório final da execução;

6.20.7. encaminhar os documentos para liquidação e pagamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Avaliação e medição

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios previstos nesta seção, com base na verificação do funcionamento das linhas, disponibilidade dos serviços, fornecimento dos aparelhos e cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. A medição e o pagamento serão realizados de forma mensal, vinculados à prestação contínua do serviço de telefonia móvel corporativa e ao fornecimento dos aparelhos em comodato.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não forneceu os serviços contratados;

7.3.2. deixou de disponibilizar linhas, dados, voz, roaming ou aparelhos conforme contratado;

7.3.3. não cumpriu os prazos de suporte, reposição ou qualidade mínima exigida.

7.4. A utilização desta sistemática não impede a aplicação de outros mecanismos de fiscalização previstos neste Termo de Referência.

7.5. A aferição da execução contratual considerará, no mínimo:

7.5.1. quantidade de linhas ativas;

7.5.2. disponibilidade do serviço e do pacote de dados;

7.5.3. funcionamento e fornecimento dos aparelhos em comodato.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, ao final de cada período mensal de faturamento, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado.

7.7. O prazo para o recebimento provisório será contado a partir do recebimento da fatura ou documento de cobrança, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços.

- 7.8.** O fiscal técnico realizará o recebimento provisório quanto à conformidade técnica do serviço.
- 7.9.** O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório quanto à conformidade documental e contratual.
- 7.10.** Para fins de faturamento, será considerado o período mensal de prestação dos serviços.
- 7.11.** Ao final de cada período:
- 7.11.1.** o fiscal técnico apurará a regularidade da prestação do serviço e dos aparelhos;
 - 7.11.2.** o fiscal administrativo validará a documentação.
- 7.12.** O recebimento provisório ocorrerá com a emissão do termo correspondente.
- 7.13.** O Contratado deverá corrigir, sem ônus, quaisquer falhas ou irregularidades constatadas.
- 7.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com o contrato.
- 7.15.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo.

Liquidação

- 7.16.** Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 7.17.** A Nota Fiscal deverá conter:
- I – dados do contrato;
 - II – período de referência;
 - III – valor devido.
- 7.18.** Havendo erro, o prazo de liquidação ficará suspenso até a regularização.
- 7.19.** A regularidade fiscal será verificada por meio do SICAF.

Prazo e forma de pagamento

- 7.20.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação.
- 7.21.** O pagamento será realizado por ordem bancária na conta indicada pelo Contratado.
- 7.22.** Serão efetuadas as retenções tributárias legais.

Reajuste

- 7.23.** Os preços são fixos e irredutíveis por 12 (doze) meses, contados da data da proposta.
- 7.24.** Após esse prazo, os valores poderão ser reajustados pelo índice IPCA, ou outro que o substitua.
- 7.25.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

Cessão de crédito

- 7.26.** A cessão de crédito dependerá de prévia autorização do Contratante.
- 7.27.** A cessão não altera as obrigações do Contratado nem a execução do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 8.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem penalidade mais grave.

Multas

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para a infração prevista na alínea “d” do item 8.1, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20% (vinte por cento);

8.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato (alínea “c”), de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução parcial grave (alínea “b”), de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

8.2.4.4. Compensatória, em substituição à multa moratória, quando o atraso causar prejuízo relevante (alínea “d”), de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução parcial simples (alínea “a”), de até 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

8.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.6. Se o valor das multas e indenizações for superior ao crédito da Contratada, a diferença poderá ser cobradas judicialmente.

8.7. A multa deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação.

8.8. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.1. As notificações serão feitas pelos e-mails informados no SICAF e na proposta.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso;
- c) os danos causados;
- d) eventual programa de integridade.

8.10. Infrações enquadráveis também na Lei nº 12.846/2013 serão apuradas de forma conjunta.

8.11. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica, nos termos da lei.

8.12. As penalidades serão registradas no SICAF, CEIS e CNEP.

8.13. As sanções são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Multas poderão ser compensadas com créditos do Contratado junto ao órgão, nos termos da IN SEGES/ME nº 26/2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de fornecimento e prestação de serviço associado, considerando a contratação conjunta do Serviço de Telefonia Móvel Corporativa e do fornecimento de aparelhos móveis em regime de comodato.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado da contratação, apurado a partir do somatório dos custos dos serviços de telefonia e dos aparelhos fornecidos em comodato.

9.3.1. O licitante melhor classificado deverá apresentar planilha de composição de preços contendo, no mínimo, a discriminação dos seguintes itens:

- a) valor mensal do serviço de telefonia móvel corporativa;
- b) quantitativo e valor unitário dos aparelhos fornecidos em comodato;
- c) eventuais serviços acessórios;
- d) valor global anual e para o período contratual.

9.4. Em se tratando de contratação de serviços contínuos, somente serão aceitas propostas que demonstrem exequibilidade econômica, compatibilidade com os preços de mercado e atendimento às especificações técnicas definidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

9.7. Microempreendedor Individual – MEI: CCMEI.

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial.

9.9. Sociedade empresária estrangeira: autorização para funcionamento no Brasil, conforme legislação vigente.

9.10. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no CNPJ;

9.12. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional;

9.13. Prova de regularidade com o FGTS;

9.14. Prova de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT);

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal, conforme o domicílio do licitante;

9.16. Quando aplicável, comprovação de isenção tributária.

Qualificação econômico-financeira

9.17. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;

9.18. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de:

- Liquidez Geral (LG) > 1
- Liquidez Corrente (LC) > 1

- Solvência Geral (SG) > 1

ou, alternativamente:

9.19. Patrimônio líquido mínimo de **10% do valor estimado da contratação para 12 meses.**

Qualificação técnica

9.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições do objeto.

9.21. Registro da empresa na **ANATEL**, como prestadora autorizada do Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos termos da regulamentação vigente.

Qualificação técnico-operacional

9.22. Comprovação de aptidão por meio de atestados de capacidade técnica, demonstrando a execução de serviços de **telefonia móvel corporativa**, compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.

9.22.1. Os atestados deverão comprovar, no mínimo:

- a) prestação de serviços de telefonia móvel corporativa;
- b) fornecimento ou gestão de linhas corporativas;
- c) execução para entes públicos ou empresas privadas de médio ou grande porte.

Disposições gerais

9.23. Os documentos poderão ser apresentados por matriz ou filial.

9.24. Será admitida documentação estrangeira, desde que traduzida e legalizada na forma da lei.

9.25. Não serão aceitos documentos com CNPJ divergente, salvo os legalmente permitidos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 73.340,88 (*setenta e três mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos*), correspondente ao fornecimento de 12 (doze) aparelhos móveis em regime de comodato, ao valor unitário mensal de R\$ 509,31 (*quinhentos e nove reais e trinta e um centavos*) por aparelho, totalizando o valor mensal de R\$ 5.470,09 e o valor anual acima indicado, conforme custos unitários constantes da planilha que integra este Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Gestão/Unidade:** 1-791800
- **Fonte de Recursos:** 174678
- **Programa de Trabalho:** 1050000144
- **Elemento de Despesa:** 339030
- **Plano Interno:** R.901.09.0.0.1.LO

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, nos termos da legislação vigente.

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

Hudson Sampaio da Silva Ribeiro
Segundo-Sargento ET
Responsável pelas Aquisições do Departamento de Telecomunicações

13. ANEXO I

(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme Orientação Normativa AGU nº 84, de 17 de maio de 2024)

Formalização da contratação

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, representado pela Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:
 - 1.3.1. o referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

Vigência e prorrogação

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período pactuado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado.
- 2.3. O prazo de vigência da contratação é limitado a 12 (doze) meses, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.4. O Contratado não possui direito subjetivo à prorrogação.
- 2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar.

Obrigações do Contratante

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;
 - 3.1.2. Receber os serviços de telefonia móvel e os aparelhos em comodato no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado sobre falhas, defeitos ou irregularidades na prestação dos serviços ou no fornecimento dos aparelhos, fixando prazo para correção;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado na forma e nos prazos estabelecidos;
 - 3.1.6. Aplicar as sanções previstas na legislação e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Comunicar à Advocacia-Geral da União quando houver descumprimento contratual relevante;
 - 3.1.8. Decidir sobre solicitações e reclamações do Contratado;
 - 3.1.8.1. O prazo para decisão será de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação por igual período;
 - 3.1.9. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Obrigações do Contratado

- 4.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo integralmente os riscos da execução.
 - 4.1.1. Prestar os serviços de telefonia móvel corporativa conforme as especificações técnicas, níveis de serviço e quantitativos contratados;
 - 4.1.2. Fornecer, em regime de comodato, os aparelhos móveis previstos no Termo de Referência, em perfeito estado de funcionamento;

- 4.1.3. Responder por vícios, defeitos e falhas dos serviços e dos aparelhos fornecidos;
- 4.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento à execução dos serviços;
- 4.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os serviços e aparelhos defeituosos ou em desconformidade;
- 4.1.6. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do ajuste;
- 4.1.7. Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência;
- 4.1.8. Cumprir a legislação trabalhista, de segurança do trabalho e demais normas aplicáveis;
- 4.1.9. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da contratação;
- 4.1.10. Manter as condições de habilitação durante toda a execução;
- 4.1.11. Não empregar mão de obra infantil ou em condições ilegais ou degradantes.

Extinção contratual

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes.
- 5.2. Caso os serviços não sejam concluídos no prazo, a vigência ficará prorrogada até sua conclusão, salvo se houver culpa do Contratado.
- 5.3. Em caso de culpa do Contratado, poderão ser aplicadas sanções e promovida a extinção do ajuste.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta por razões de interesse público devidamente justificadas.

Casos omissos

- 6.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Código de Defesa do Consumidor.

Alterações

- 7.1. As alterações contratuais observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. O Contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% do valor inicial.

Foro

- 8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir controvérsias decorrentes da execução da contratação.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO ALVES MACHADO JUNIOR

Membro da comissão de contratação

RODRIGO MEIRA DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação

PAULO SERGIO DA SILVA

Membro da comissão de contratação

JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR

Comandante